

O que as empresas precisam fazer para garantir a presença e a permanência de pessoas trans em suas equipes

Iniciativas de inclusão no mercado formal ainda são tímidas, mas ganham cada vez mais espaço

[\(O Globo, 10/09/2019 - acesse no site de origem\)](#)

A tendência é mundial. Cada vez mais corporações passam a entender a [diversidade como capital](#) , capaz de enriquecer e trazer novas soluções para as empresas, seus serviços e produtos. Mas esse movimento abarca todas as letras dentro da sigla LGBT? Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), não.

A ONU reconhece que a última década trouxe avanços, mas considera as iniciativas de inclusão ainda escassas e incapazes de contemplar toda a população [LGBTI+](#) . A mais vulnerável ainda é a [população trans](#) , que encara uma série de obstáculos para chegar e, depois, para se manter dentro do mercado de trabalho formal.

Não há um dado oficial, mas um levantamento feito pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) estima que apenas 4% das mulheres travestis e transexuais têm empregos formais com fluxo de carreira. Ainda segundo a pesquisa, 90% delas estão na prostituição.

Essas mulheres vivenciam uma [sequência de exclusões](#) ao longo da vida, afirma a advogada e administradora Giowana Cambrone. Na infância e na adolescência, há uma ruptura de laços familiares e afetivos, quando muitas são expulsas de casa. O processo pedagógico dentro da escola também não as acolhe, elas não conseguem ter formação profissional e acabam tendo a prostituição como algo compulsório, explica.

Giowana presta consultoria sobre diversidade sexual para empresas e, informalmente, tem feito a ponte entre as que estão buscando profissionais transgênero para compor seus times e as pessoas trans que têm interesse em uma vaga no mercado formal.

— Por ser uma [mulher trans](#) e por entender que essa é a população mais vulnerabilizada da sopa de letrinhas do movimento LGBT, eu falo muito dessa realidade. As empresas têm se sensibilizado. Há uma tendência mundial das corporações, entendendo a diversidade como um capital, que enriquece e traz novas soluções. Nesse caminho, elas têm percebido que podem contratar pessoas trans.

Foi através dela que Manuela Menandro ficou sabendo de uma vaga de auxiliar de produção na Bayer, se inscreveu e, aos 27 anos, conseguiu o seu primeiro emprego de carteira assinada. Ela é uma das duas primeiras mulheres trans a serem contratadas para atuar na linha de produção da fábrica da empresa em Belford Roxo, na Baixada Fluminense.

Até começar na Bayer, Manuela vivia de frilas e bicos como produtora cultural, mas as contas nem sempre fechavam no final do mês. Quando a oportunidade de uma vaga formal surgiu, ela decidiu se candidatar. Mas o fez porque sabia que tinha chance, pois a empresa se anunciava disposta a contratar pessoas transgênero. Ela diz já ter perdido a conta de quantos currículos enviou sem nunca receber resposta.

Há um mês na empresa, ela trabalha em um ambiente quase exclusivamente masculino e conta que temia sofrer, além do machismo, muita transfobia. Porém, se surpreendeu com uma recepção positiva de toda a equipe.

— Nos primeiros dias, fiquei muito nervosa. É um trabalho cansativo, demanda força e rapidez. Achei que ia sofrer muita transfobia, para além do machismo. É um meio extremamente masculino e branco. Mas, por incrível que pareça, estou tendo uma recepção positiva — conta a auxiliar de produção. — A importância para mim é a oportunidade da inclusão. São pessoas que nunca tiveram a oportunidade de lidar com uma pessoa trans, não conheciam ninguém. Acho que esse contato é muito positivo — completa. — Por ser algo novo, um tema e uma população tão envolvida em tantos tabus, que você tem medo do que falar, do que fazer, como ser chamada ou

chamado, qual banheiro usar, a instituição precisa fazer uma sensibilização dos outros colaboradores para evitar que essas pessoas passem por qualquer situação vexatória — afirma Cambrone.

Nesse sentido, antes de receber as novas funcionárias, a empresa fez uma espécie de treinamento com toda a equipe, explica Aline Félix, especialista em Diversidade e Inclusão da Bayer.

— Treinamos os líderes e as equipes para receberem elas. Esse treinamento envolve desde explicar o básico, como o que é identidade de gênero e orientação sexual, explicar quem são essas pessoas. É um processo educativo para que elas sejam incluídas e respeitadas — afirma.

— Eu tenho que garantir que as pessoas tenham a primeira experiência de integração muito positiva. E, depois, tenho que monitorar o que realmente está acontecendo, mas isso tem que ser tratado da forma mais natural possível, para que a pessoa não se sinta objeto de estudo. Quando a gente percebe que a inclusão está acontecendo, saímos de cena. Mas há um grupo de afinidade que fica à disposição para qualquer problema — completa a diretora de Inclusão e Diversidade da empresa, Aline Cintra.

A previsão é que outras quatro mulheres trans entrem na equipe de Belford Roxo em breve, conta Aline. Atualmente, a Bayer tem, ao todo, cerca de dez funcionários transgênero e mantém oito comitês de diversidade, um para cada unidade da empresa no país.

‘Se a cultura não for inclusiva, a diversidade é expulsa ou pede pra sair’

Além da sensibilização, a contratação de pessoas trans exige também um acompanhamento constante e uma transformação cultural da empresa, afirma Maite Schneider, co-fundadora da TransEmpregos, agência que reúne currículos de profissionais transgênero e divulga vagas inclusivas por todo o Brasil.

— As [ações afirmativas](#) têm que ter um acompanhamento constante e é

preciso tornar efetivamente a cultura da empresa mais inclusiva. Se você enfiar diversidade e a cultura da empresa não for inclusiva, a diversidade é expulsa ou pede para sair — afirma.

Aline Cintra, da Bayer, reforça o coro:

— A inclusão tem que ser uma postura que a empresa tem como cultura, de não admitir comportamentos preconceituosos. É preciso ter isso como um valor da organização. Tem situações em que não dá mais para ser tolerante.

A TransEmpregos mantém convênio com 347 empresas atualmente. A maior parte são multinacionais, mas cresce a procura por profissionais trans nas médias e pequenas empresas, startups e fintechs, conta Maitê. Ela revela que até mesmo ramos tidos como conservadores, como instituições financeiras, seguradoras e escritórios de advocacia têm demonstrado abertura para a inclusão de pessoas transgênero em suas equipes.

Processo seletivo precisa ser inclusivo

A co-fundadora da TransEmpregos explica que o foco não são vagas exclusivas para pessoas trans, mas inclusivas, para que elas possam ser analisadas pelo RH das empresas sem sofrer preconceitos e discriminações por conta de sua [identidade de gênero](#). A iniciativa funciona como uma ponte, para que profissionais e empresas se conectem.

Foi por meio de um convênio firmado com a TransEmpregos no ano passado que a Ecopistas, concessionária que administra rodovias no estado de São Paulo, passou a receber mais currículos de candidatos transgênero. Também em 2018 foi criado um comitê de diversidade no Grupo EcoRodovias, que controla a empresa. Antes disso, os currículos destes profissionais dificilmente apareciam nos processos seletivos.

— Existe uma dificuldade de encontrar pessoas trans qualificadas para ocupar determinadas vagas, em função de toda a exclusão vivenciada por essas pessoas ao longo da vida. Às vezes, elas nem se candidatam a uma vaga, pois se sentem constrangidas porque não tem nome retificado nos documentos. O processo seletivo pode ser algo meio traumático. Então é

importante que as empresas apontem essa receptividade ao divulgar as suas vagas — afirma a advogada Giowana Cambrone.

Ela ressalta que, embora as iniciativas de inclusão ganhem cada vez mais força, elas ainda são tímidas e muitas vezes restritas a vagas com salários mais baixos.

‘Capacidade profissional não tem gênero’

No ano passado, três profissionais trans foram contratadas pela EcoPistas. Entre elas, está Priscylla de Moura, que retornou ao mercado formal de trabalho depois de mais de duas décadas, aos 49 anos. Desde agosto, ela atua como operadora de pedágio no trecho da rodovia Ayrton Senna que é administrado pela concessionária.

Priscylla conta que teve alguns empregos com carteira assinada antes de passar por seu processo de transição. Mas, como não podia expressar sua real identidade no ambiente profissional, saiu do mercado formal e, como acontece com muitas mulheres transexuais e travestis, encontrou na prostituição uma forma de ganhar a vida.

— Eu poderia fazer uma série de coisas melhor no trabalho se pudesse ser eu mesma. Depois de um tempo, cansei de ficar fingindo. Aí fui para a noite — afirma.

No ano passado, com o apoio da Subsecretaria de Políticas da Diversidade da Prefeitura de Guarulhos, na Grande São Paulo, conseguiu fazer a prova para obter o certificado de conclusão do ensino médio, que não pode terminar na juventude, e fez a retificação dos seus documentos de identificação. Na sequência, conseguiu o novo emprego. Ela conta que a ausência do diploma e a documentação antiga eram alguns dos fatores que a mantinham fora do mercado formal, o primeiro por ser uma exigência comum das empresas; o segundo porque temia passar por algum constrangimento por não ter o RG com o nome retificado.

— Estava buscando uma estabilidade financeira, previdência. Todos esses aspectos contam para minha felicidade. É um emprego modesto, mas ele me traz esses benefícios.

Ela comemora a recepção que tem tido no seu retorno ao mercado formal, depois de mais de 20 anos. Segundo a Ecopistas, houve sensibilização dos colaboradores para o assunto e treinamento para as equipes de recrutamento e seleção.

— Acredito que tudo está mudando para melhor. Ainda é difícil para nós, muitas ainda são marginalizadas, mas melhorou muito. A empresa me deu a oportunidade de mostrar para mim mesma que eu sou capaz. A capacidade profissional de uma pessoa não está no seu gênero — completa.

Por Leda Antunes

Depressão afeta 60% das pessoas transgênero

(El País, 27/06/2016) Especial da revista médica 'The Lancet' pede medidas para eliminar o estigma que agrava os problemas de saúde de mais de 25 milhões de indivíduos no mundo

Há no mundo pelo menos 25 milhões pessoas cuja identidade de gênero não coincide com o sexo que lhes foi atribuído ao nascer: homens que a sociedade considera mulheres, e vice-versa, além de outras identidades. Com base nessa cifra, que poderia ser ainda maior devido ao estigma que cerca as pessoas transgênero, a revista médica *The Lancet* chama a atenção, em um número especial, sobre a necessidade de melhorar o atendimento médico a uma parte da população (entre 0,4 e 1,3%) que os sistemas de saúde

costumam ignorar.

Numa série de artigos, é citada a situação de exclusão legal e social que muitas pessoas transgênero enfrentam, o que incrementa os riscos para sua saúde. Até 60% sofrem de depressão, e a rejeição da família e dos colegas de trabalho favorece a adoção de comportamentos de risco, como a prostituição, o que aumenta em 50% o risco de contrair o HIV. Além disso, a violência representa uma ameaça mortal. Entre 2008 e 2016, foram registrados 2.115 assassinatos de pessoas transgênero em todo o mundo, e é provável que haja muitos outros casos não documentados.

Entre as medidas para enfrentar o problema, os autores pedem à Organização Mundial da Saúde (OMS) que altere seu manual diagnóstico para que os tratamentos para as pessoas transgênero desapareçam do capítulo dos transtornos mentais e de comportamento, passando a ser incluídos na seção de saúde sexual. Em grande medida, essa mudança ajudaria a reduzir o estigma social que aumenta a incidência de transtornos psíquicos.

Os autores do trabalho publicado na *The Lancet* também propõem algumas políticas gerais com relação às pessoas transgênero. Por um lado, pede-se que os tratamentos hormonais para a mudança de sexo sejam financiados da mesma forma como os demais cuidados médico-hospitalares. Nesse sentido, destacam que tais tratamentos de redefinição de sexo, entre os quais se encontram os hormônios e algumas cirurgias, têm resultados positivos quando aplicados durante a adolescência.

Por outro lado, pedem a eliminação das cirurgias que buscam definir o sexo dos bebês logo após o nascimento, nos casos em que a genitália é ambígua. Essas intervenções, que por questões de menor dificuldade técnica costumam optar pela construção de genitálias femininas, podem provocar problemas futuros de identidade sexual. Os especialistas observam que muitos países estão começando a fomentar um enfoque médico mais aberto, no qual a cirurgia é adiada até que a criança tenha uma identidade de gênero clara e seja capaz de decidir se quer ser operada.

Além dos tratamentos médicos, os autores do relatório destacam a

necessidade de desenvolver estratégias para impulsionar a aceitação das pessoas transgênero, como base para melhorar sua saúde. Recomendam também que os médicos recebam uma formação específica para compreender as necessidades sanitárias dessa parte da população, que sejam adotadas leis contra a discriminação das pessoas transgênero e que as escolas eduquem sobre a diversidade de gênero e favoreçam a inclusão. Por último, relembram que, embora em muitos países desenvolvidos e em algumas partes da Ásia haja apoio às pesquisas sobre esse fenômeno global, há grandes áreas do mundo, como a África, Oriente Médio e a Rússia, onde o desconhecimento é ainda muito grave, e os níveis de discriminação, extremos.

Daniel Mediavilla

Acesse no site de origem: [Depressão afeta 60% das pessoas transgênero \(El País, 27/06/2016\)](#)

População trans: avanços e retrocessos no direito à igualdade no Brasil e no Canadá

(Revista Fórum, 07/06/2016) *A garantia de direitos civis caminha de maneira bem distinta se compararmos o Brasil ao Canadá. Enquanto aqui se extinguiu o ministério dos Direitos Humanos, o primeiro-ministro canadense apresenta um projeto de lei que garante direitos às pessoas trans*

O legislador constituinte originário brasileiro reconheceu como primeiro fundamento da dignidade da pessoa humana em nossa Constituição Federal de 1988 a igualdade, estabelecendo que ‘homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição’.

Como já escreveu o eminente professor Luis Roberto Barroso em artigo

publicado em 2006, “Diferentes, mas iguais: O reconhecimento jurídico das relações homoafetivas no Brasil”, infelizmente uma década transcorreu e nem podemos afirmar que sejamos mais iguais do que éramos em 2006. Somos preconceituosos, como resquício de uma cultura patriarcal que ainda guarda uma sociedade extremamente arraigada a preceitos religiosos, inclusive com grupo organizado nos altos escalões de governo que reiteram atos de retrocesso perante as tão difíceis conquistas da Sociedade Homoafetiva.

Ativistas do movimento social LGBTTT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros) já perceberam que se depender do Legislativo nacional para que se estabeleça o exercício de direitos civis pela população TRANS, estarão cada vez mais carentes e inertes em sua cidadania. Porém, a omissão legislativa nacional não impediu administrações públicas de atuar dentro de suas áreas de atribuição. A Coordenadoria Especial da Diversidade Sexual da Prefeitura do Rio de Janeiro, em 18 de maio de 2011, editou o Decreto 33.816 determinando às administrações públicas diretas e indiretas no Rio de Janeiro a reconhecerem o nome social das TRANS, isto é, respeitando seu nome de gênero dependendo de sua orientação: caso fossem de orientação feminina deveriam ser respeitados seus nomes neste gênero. Caso fossem de orientação masculina, da mesma forma. O Decreto dispõe sobre a inclusão e uso do nome social de pessoas travestis e transexuais no âmbito da Administração Direta e Indireta do município Carioca.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com vistas a implementar a política de promoção e defesa dos direitos humanos, assegurou através da Portaria n. 233 de 18 de maio de 2010, aos servidores públicos, no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, o uso do nome social adotado por travestis e transexuais, considerando por nome social aquele pelo qual essas pessoas se identificam e são identificadas pela sociedade.

A Presidência da República editou em 28/4/2016 um decreto que permite transexuais e travestis usarem seu nome social em todos os órgãos públicos, autarquias e empresas estatais federais. Esta medida vale para funcionários e também usuários dos serviços públicos federais.

O ministro do Trabalho do governo do presidente interino Michel Temer pretende revogar o decreto da presidente afastada, que respeita o direito ao uso do nome social na Administração Pública Federal. O pastor Ronaldo Nogueira (PTB-RS) é um dos 29 autores do projeto de lei apresentado em 18/5/2016, que pretende retroceder na medida, que foi um dos últimos atos oficiais da chefe do Executivo Federal afastada, e um dos poucos gestos a favor de LGBTs no poder.

Deputados federais de 11 partidos assinam o Projeto de Decreto Legislativo de Sustação de Atos Normativos do Poder Executivo (PDC) nº 395/2016. Outros inimigos declarados da causa LGBT são autores da proposta, como o pastor Ezequiel Teixeira, ex-secretário de Direitos Humanos e Assistência Social do estado do Rio de Janeiro. Teixeira foi exonerado do cargo depois de defender publicamente a 'cura gay'. Outro velho conhecido na manutenção da homofobia e transfobia, o congressista Marco Feliciano, ex-presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, que durante sua gestão permitiu apresentação de projeto para o tratamento de homossexuais, ainda que o Brasil tenha sido pioneiro ao retirar o 'homossexualismo' da listagem de doenças mentais no início da década de 80.

Decerto que a garantia a direitos civis caminha de maneira bem distinta, se compararmos o Brasil ao Canadá. Enquanto o Brasil extinguiu o órgão de direitos humanos, o Canadá apresenta projeto de lei que garante direito às pessoas TRANS.

Em 17 de maio de 2016 foi celebrado o dia Internacional de Combate à Homofobia e Transfobia, data que marcou no Canadá apresentação por Justin Trudeau, primeiro-ministro do país, de um projeto de lei que pretende defender o direito da população TRANS naquele país.

O primeiro-ministro Trudeau anunciou em Montreal uma legislação federal para tramitação que garantirá proteção de direitos humanos para a população TRANS. Seu discurso emocionou, dizendo que o trabalho árduo alcançado até o momento não poderia parar, e que o Estado Canadense poderia fazer ainda mais por esta minoria. O anúncio se deu quando recebia o Prêmio 'Laurent McCutcheon', que homenageia o pioneiro canadense na luta contra homofobia, e que presidiu organismo voltado ao público LGBTTTT

em Montreal de 1982 a 2013.

Brasil e Canadá estão anos luzes distantes na defesa e implementação de direitos humanos e na efetivação de um Estado Democrático de Direito. Enquanto enfrentamos crise política e financeira sem precedentes, com redução orçamentária, diminuição da máquina administrativa, tornamo-nos um dos países mais atrasados do continente americano na defesa de direitos à Sociedade Homoafetiva, e em especial à população TRANS, que certamente é parcela desta minoria que mais sofre com ausência de previsão de direitos civis.

Além de não avançarmos na proteção à população TRANS, estamos de fato retrocedendo, pois alguns direitos conquistados com muita luta nas últimas décadas, esvazia-se de forma assustadora de 2015 até os dias atuais. Enquanto isto, organismos isolados como a Coordenadoria Especial da Diversidade Sexual da Prefeitura do Rio mantêm projeto empreendedor, intitulado projeto DAMAS, que pretende a reinserção da população TRANS no mercado de trabalho. Também a Comissão para Acessibilidade Pública da OAB-RJ (CAP) estará realizando Seminário e Audiência Pública para debater de forma democrática um Projeto de Lei para Concursos Públicos no Rio de Janeiro, em que pretende estabelecer uma vaga como cota para minoria TRANS em cargos, empregos e funções públicas nas administrações Políticas Públicas Fluminenses que será encaminhado à presidência da OAB RJ que deliberará a respeito.

A história se repete. Fomos um dos últimos países a libertar os escravos na América em 1888, o que levou a monarquia a seus últimos dias, e assistimos vizinhos como Uruguai e Argentina legalizarem o casamento entre pessoas do mesmo sexo, enquanto no Brasil o Congresso Nacional analisa projeto de lei para impedir a utilização do nome social da população TRANS, o que pode viabilizar o fim de uma dentre poucas conquistas em direitos civis das TRANS no país. Temos muito a aprender com o Canadá, pois como lema da campanha da Prefeitura do Rio, 'Se um de nós não tem direitos civis, então nenhum de nós tem direitos civis'. Perde a Democracia, perde o cidadão brasileiro.

Sérgio Alexandre Camargo, Advogado preside a Comissão para

Acessibilidade Pública da OAB RJ, e Membro do Comitê Carioca para Cidadania LGBTTT da Prefeitura do Rio

Acesse no site de origem: [População trans: avanços e retrocessos no direito à igualdade no Brasil e no Canadá \(Revista Fórum, 07/06/2016\)](#)

Preconceito afasta transexuais do ambiente escolar e do mercado de trabalho

(Agência Brasil, 13/11/2015) Rafaela Damasceno foi uma das primeiras transexuais a entrar em uma universidade pública no Brasil, em 1999. O que parecia uma grande conquista, no entanto, acabou virando pesadelo. Após sofrer discriminação e perseguição em sala de aula, Rafaela, hoje com 39 anos, resolveu abandonar o curso de geografia na Universidade Federal de Goiás (UFG).

“Eu era vista como se fosse um bicho num zoológico. As pessoas iam lá na faculdade que eu estudava, passavam por mim no corredor, chegavam no final do outro corredor e perguntavam: ‘onde é que está a transexual que estuda aqui?’. Eu me sentia como um animal. Não parecia ser normal eu estar dentro da universidade”, diz Rafaela que largou os estudos a um ano de se formar.



“Eu era vista como se fosse um bicho num zoológico”, conta a transexual Rafaela Damasceno sobre o período em que frequentou a universidade (Foto: Wilson Dias/Agência Brasil)

Ela conta que, à época, ainda não havia conseguido trocar o nome em todos

os documentos. Alguns professores se recusavam a chamá-la pelo nome social e outros, simplesmente, “pulavam” o seu nome na hora da lista de chamada. “Havia uma professora que dizia que naquela sala de aula tinha gente que tinha que estar em outro lugar, não na universidade. Tinha que estar no salão de cabeleireiro ou na cozinha de alguém”, comenta.

Hoje, Rafaela estuda para entrar na faculdade de novo e concluir a graduação em geografia. Ela também quer ingressar no mestrado.

O preconceito que Rafaela enfrentou na universidade é vivido cotidianamente por muitos jovens nas escolas brasileiras. Apesar de uma portaria do Ministério da Educação (nº 1.612 de 2011) assegurar a transexuais e travestis o direito a serem tratadas pelo nome social, a violência contra essa população é uma realidade.

Pessoas transexuais são aquelas que não se identificam com o gênero com o qual nasceram. Mulheres trans são pessoas que nasceram com a genitália masculina, mas se reconhecem como mulheres e exigem ser tratadas dessa forma. Homens trans, por sua vez, são aquelas pessoas que tiveram o gênero feminino atribuído na infância, mas se identificam como homens.

“Falta educação escolar para nós. Você tem ideia do que é chegar em uma escola sendo uma mulher transexual e a pessoa da escola dizer que poderia te matricular, mas não garantir a sua integridade? Como é que uma instituição não garante a integridade de um de seus membros, sendo travesti ou sendo qualquer outro tipo de pessoa”, desabafa Aline Marques, presidenta da organização não governamental Grupo de Resistência de Travestis e Transexuais (Gretas), de São Paulo.

Fabiana Melo Oliveira, 32 anos, conta que precisou esconder a identidade durante todo o período escolar. “Venho de uma família católica, muito rígida. Estudei em colégio de padre. Tive que terminar a escola, o ensino fundamental e o médio. Entrei na faculdade de psicologia, mas do segundo para o terceiro período eu tive que sair - foi quando eu não aguentei mais. Tive que mostrar a minha identidade de gênero, quem eu era mesmo”, conta.

Ela lembra que enfrentou resistência por parte dos pais, mas hoje recebe

apoio da família. “Somente depois de um ano, de eu começar a fazer hormonoterapia [tratamento com hormônios femininos], de o meu pai ver todo o processo e de eu dizer que queria fazer a cirurgia de transgenitalização [mudança de sexo]. Quando ele me viu depois de um ano e meio, ele falou que eu era a filha mais nova dele.”



Fabiana Melo Oliveira, 32 anos, conta que precisou esconder a identidade durante todo o período escolar (Foto: Wilson Dias/Agência Brasil)

Mercado de trabalho

Além das dificuldades em permanecer nas escolas e faculdades, as transexuais enfrentam outro grande desafio: conseguir um emprego. De acordo com Cris Stefanny, presidenta da Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (Antra), 90% das travestis e transexuais são obrigadas a entrar na prostituição para se sustentar. “Simplesmente não há oportunidades de trabalho. As poucas que não estão nas ruas estão em serviços subalternos, ou limpando o chão ou como cabeleireiras”, afirma.

Rafaela atribui a dificuldade em conquistar uma vaga no mercado de trabalho à transfobia. “Temos companheiras que têm curso superior, mestrado. Você deixa seu currículo. Quando a pessoa vê que é uma transexual – porque normalmente colocamos o nome de registro – ela diz: muito bem, seu perfil é maravilhoso. Mas coloca [o currículo] dentro da gaveta e você pode saber que eles não te chamam, infelizmente”, desabafa.

Aline Marques, 37 anos, também luta por mais oportunidades de emprego. Ela abandonou a escola ainda criança e entrou para a prostituição aos 17 anos. Hoje, aos 37, comemora o fato de ter saído das ruas há 7 meses. Aline faz parte do projeto Transcidadania, da prefeitura de São Paulo, que trabalha com o resgate e a reintegração social para a população LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros) em situação de vulnerabilidade.



Aline Marques conta que abandonou a escola ainda criança e entrou para a prostituição aos 17 anos. Hoje, aos 37, comemora o fato de ter saído das ruas há 7 meses (Foto: Wilson Dias/Agência Brasil)

A ideia do Transcidadania é, a partir de atividades de formação e capacitação para o mercado de trabalho, colaborar para a emancipação dessas pessoas e permitir que possam melhorar sua condição de vida. Os participantes recebem um auxílio de R\$ 827,40 por mês para cumprir seis horas de atividades diárias.

“Eu tenho 100 companheiras [no projeto] que são guerreiras, que querem uma vida melhor, um mundo melhor, mais digno, que não querem estar se prostituindo, que não querem estar nessa margem de discriminação, de sofrimento. Elas querem estudar. Elas querem trabalhar. Nós precisamos ter o nosso próprio caminho de emprego porque nenhum ser humano sobrevive sem o trabalho”, destaca Aline.

Marieta Cazarre; Edição: Lílian Beraldo

Acesse no site de origem: [Preconceito afasta transexuais do ambiente escolar e do mercado de trabalho \(Agência Brasil, 13/11/2015\)](#)

‘Quero tirar travestis do submundo’, diz 1ª gestora trans de ministério

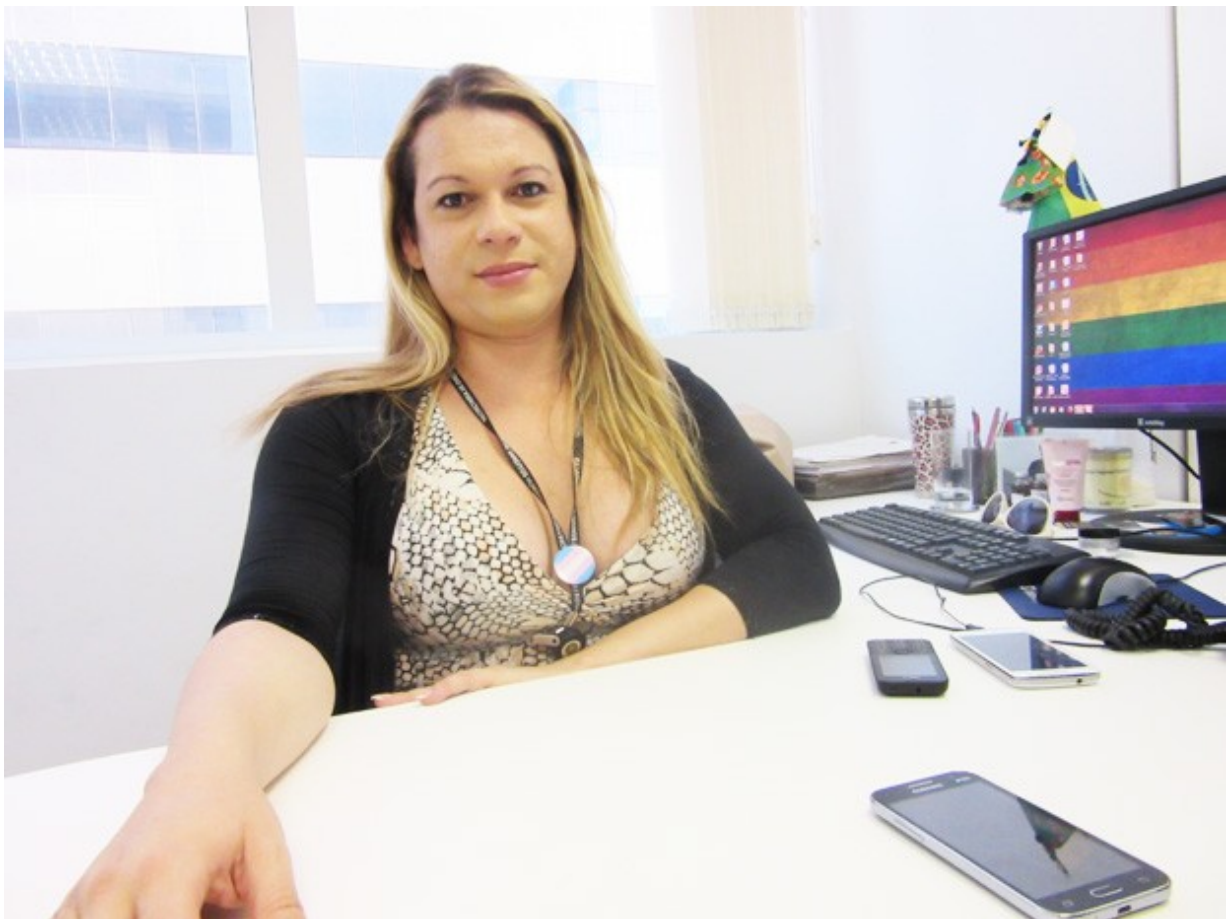
(G1/Distrito Federal, 22/09/2015) Para sobreviver, muitas recorrem à prostituição, afirma Symmy Larrat. Ela chefia setor LGBT da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência

Desde julho à frente da coordenadoria-geral de Promoção dos Direitos LGBT

da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, a travesti Symmy Larrat afirma que trabalha para “tirar as pessoas trans das esquinas” e inseri-las no mercado de trabalho. Segundo a paraense, travestis e transexuais são relegados ao submundo e à prostituição porque são excluídos de escolas, ambientes profissionais e até do convívio familiar.

Leia também: [Maria Clara Araújo, a primeira garota-propaganda trans do Brasil \(CartaCapital, 22/09/2015\)](#)

Segundo ela, travestis e transexuais precisam esconder a verdadeira identidade para serem aceitas socialmente. Quando são integradas a um ambiente profissional, sofrem discriminação.



Symmy Larrat, coordenadora-geral de Promoção dos Direitos LGBT da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (Foto: Isabella Formiga/G1)

“Quando a pessoa trans consegue emprego em uma empresa, será que ela consegue se manter ali? Ou será que cinco mulheres vão reclamar que ela

usa o banheiro feminino? Nesse momento, o empregador vai querer debater direitos humanos ou vai preferir excluir uma pessoa que está causando problema?”, questiona Symmy.

Para sobreviver, muitas recorrem à prostituição, afirma. “Qual o único lugar que vão te aceitar? Qual o lugar? A esquina. É o que te dá garantia”, diz. “É cruel. É muito cruel, mas é a prostituição que dá cidadania para a gente. É com a prostituição que se consegue pagar o aluguel, é com a prostituição que se compra carne e feijão, é com a prostituição que se compra um celular de última geração, é com a prostituição que se consegue comer no restaurante. A gente precisa ferir toda a nossa dignidade para ter a nossa cidadania.”

Symmy afirma que trabalha para que a prostituição não seja a única alternativa de trabalho para as pessoas trans, mas não pretende “higienizar as pessoas no seu direito de se prostituir”.

A coordenadora, que se assumiu como travesti aos 30 anos, afirma que, embora tenha chegado a um posto importante, é uma exceção. “Na época que me assumi trans, não consegui mais emprego. Será que mesmo eu tendo chegado até aqui, quando eu sair e for fazer uma entrevista de emprego num McDonald’s da vida vou ser empregada? Ou será que vou ter que voltar para a prostituição? Esse é um questionamento que a gente tem que fazer.”

Symmy não tem vergonha dos dois anos em que trabalhou como prostituta. Ela afirma que a experiência a tornou uma líder melhor. “Hoje sou uma militante de direitos humanos por conta da prostituição. Hoje sei por que estou aqui, o que preciso fazer, que respostas preciso dar.”

Vida

Como a maior parte das travestis e transexuais, Symmy sabia que era diferente dos amigos desde cedo. Queria colecionar papéis de carta, vestir bonecas e usar saias. Por isso, se trancava no quarto para brincar escondida.

“Quando criança, tinha um LP do Balão Mágico e lembro que deitava e imaginava que namorava o Mike [cantor da banda]. Trancava a porta para poder ficar assim [com o rosto colado no LP]. Mas já identificava que aquilo seria considerado errado pelas pessoas”, afirma. “Dentro de casa, sozinha no

meu quarto, eu podia ser quem eu era. Com os outros eu não podia ser. E isso me doía muito.”

Aos 15 anos, já entendia como gostaria de ser. “Tinha uma revista da Roberta Close que eu guardava. Quando a Gretchen ou a Elba Ramalho apareciam na TV, mamãe me chamava porque ela sabia que eu era louca pelas duas. Ela pensava, ‘meu filho quer ver a mulher’, mas no meu íntimo eu estava olhando para espelhos do que eu queria ser”, diz.

Um ano depois, Symmy se assumiu como homossexual para a mãe e acabou saindo de casa. Foi morar com um tio. “Comecei a andar com um grupo de homossexuais, ia para boate. Sabia que gostava de homem. Mas mesmo no meu núcleo de amigos gays, não revelava a minha intenção de assumir outra identidade de gênero. Naquele mundo, quem era travesti ia direto para a prostituição, para aquele submundo. Tinha medo porque vim de uma família católica apostólica romana e tinha pavor daquele mundo, tinha pânico daquela vivência.”

Anos mais tarde, Symmy se formou em publicidade, mas atuou pouco tempo na área. Ainda vestida com roupas masculinas, sofria tendo que anular a verdadeira identidade durante o dia. Pelas noites, trabalhava como transformista.

“Não queria ter que conseguir um emprego para me vestir de terno e gravata”, diz. “Vivia uma vida de dia e outra de noite. Comecei a me afastar de todo mundo. Não queria procurar trabalho, estudar, só queria viver a noite, fazer show em boate, porque ali eu poderia viver como eu queria”, afirmou.

Durante o período, a única motivação que encontrou para deixar a casa pelas manhãs foi a militância LGBT. Trabalhava como voluntária em um centro de referência. “Militava porque ali me encontrava”, diz.

Infeliz com a vida que levava, ela decidiu que não era tarde demais para se assumir como queria. “No momento que decidi, chamei minha mãe. Quando tive o aval dela e que ela percebeu que meu desgaste e minha tortura não davam mais para levar a vida, ela disse: ‘Vamos lá. Estamos juntas’”, lembra.

Assim que resolveu iniciar a transição para mulher, Symmy começou a tomar hormônios femininos. Sem acompanhamento médico ou informações sobre o tratamento, precisou ser hospitalizada. Ela também começou a deixar o cabelo crescer. A primeira vez que saiu na rua vestida como mulher, se sentiu completa.

“Coloquei uma calça, peguei uma blusa e cortei. Joguei meu cabelo, que já estava grandinho, botei uma faixa, passei um lápis no olho e fui para a rua. Me senti a melhor pessoa do mundo. Não interessa o que as pessoas que estavam olhando para mim estavam pensando. Estava me achando maravilhosa. Ali foi a primeira vez que eu fui eu mesma na vida”, diz.

Symmy conta que a vida dela mudou ao se aceitar e intensificou a partir daí a militância LGBT. O trabalho dela no conselho estadual LGBT do Pará começou a chamar a atenção. “Conseguimos construir a carteira trans, o decreto de nome social. Essa minha vivência política despertou os olhos [de militantes da área] e me trouxeram para cá. Era assistente de coordenação, fui para a prefeitura de São Paulo e retornei como coordenadora-geral”, diz.

“Comecei a viver depois disso. Hoje tenho vontade de mostrar um bom trabalho. Antigamente, não. Hoje quero fazer porque sou a pessoa que quero ser. Consegui ser essa pessoa. Faz toda a diferença na minha vida.”

Projetos

Symmy diz lutar para que um projeto de identidade de gênero seja aprovado no Congresso. “A lei te dá o direito de exercer a identidade de gênero. Ela garante a você uma hormonização acompanhada na saúde, ela diz que você pode mudar seu nome ao chegar no cartório”, diz. Com a onda de conservadorismo no Congresso, ela não acredita que o projeto seja aprovado tão cedo.

“Isso é de uma hipocrisia sem tamanho. É querer que a pessoa esteja em uma esquina para me aproveitar de você, mas você tem que estar ali, não tem o direito de conviver comigo.”

A coordenadora ainda leva o nome “Marcelo” na identidade. Ela afirma ser um ato político exibir o documento com o nome masculino que carregou a

vida inteira. “Não tenho nenhum problema de o meu RG estar com o sexo masculino. O que quero é me identificar no meu gênero feminino, que quero ter o direito de exercer”, diz.

Para Symmy, independentemente das roupas ou do gênero com o qual uma pessoa se identifica, ninguém sonha em se prostituir. “Se você perguntar a alguém que está na esquina o que ela que ser, ela não vai dizer prostituta. Nenhuma delas”, afirma. “Nossos sonhos são iguais aos de todo mundo.”

Isabella Formiga

Acesse no site de origem: [‘Quero tirar travestis do submundo’, diz 1ª gestora trans de ministério \(G1/Distrito Federal, 22/09/2015\)](#)

Ativistas criticam prefeitura do Rio por retirar direitos da população trans

(Agência Brasil, 15/07/2015) Grupos de direitos humanos e da população de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais e Indefinidos (LGBTI) criticaram a decisão da Secretaria Municipal de Saúde, que revogou a resolução que garantia a travestis e transexuais o direito de ficarem em alas de unidades municipais de saúde de acordo com sua orientação sexual.

A revogação foi publicada esta semana. Em nota, a secretaria informou que a revogação obedeceu critérios técnicos. O comunicado acrescentou que a definição do local ou da ala da unidade de saúde onde o paciente permanecerá internado, “seja ele quem for, é o médico”.

Vice-presidente do Grupo Arco-Íris, Marcelle Esteves denominou a revogação de retrocesso. “Foi revogado o direito de cidadãos e cidadãs, inviabilizando a

identidade de gênero. Estou tentando contato com a secretaria, de modo a entender que questões técnicas foram essas.” Segundo ela, o Rio sempre esteve à frente de outros estados na questão da cidadania. “Nos últimos tempos, temos percebido que estamos retrocedendo, retirando direitos de uma população que já é tão massacrada.”

Para Marcelle, que há 20 anos trabalha com direitos humanos e causas LGBT, há uma pressão de grupos religiosos radicais para que políticas públicas para a população LGBTI não saia do papel.

“Não podemos fazer política pautada em nenhum tipo de ideologia religiosa. Esse fundamentalismo tem matado mulheres e homens trans. Todo e qualquer retrocesso que retire as questões da identidade de gênero da pauta de direitos cria uma possibilidade maior dos homofóbicos, lesbofóbicos e transfóbicos praticarem violência contra essa população”, acrescentou.

Representante da Associação de Travestis e Transexuais do Estado do Rio de Janeiro (Astra), Kathyla Katheryne Valverde lamentou que o respeito à identidade de gênero dependa da opinião de um médico.

“A resolução tornava oficial o que já é oficioso. É que hoje dependemos da boa vontade do médico. É um constrangimento para as partes que uma travesti mulher tenha de ficar com um monte de homens. É preciso sensatez”, concluiu.

Flávia Villela; Edição - Armando Cardoso

Acesse no site de origem: [Ativistas criticam prefeitura do Rio por retirar direitos da população trans \(Agência Brasil, 15/07/2015\)](#)